advogados associados

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Desenvolvido por

Fevereiro/2026

SUMÁRIO

1. Declaração de Privacidade	3
2. Introdução	3
3. Identificação da Controladora de Dados	4
4. Termos e Definições	4
5. Princípios de Tratamento de Dados	7
6. Quais dados coletamos?	8
7. Por que coletamos os seus dados?	10
8. Com quem compartilhamos os seus dados?	12
9. Transferência Internacional de Dados	12
10. Por quanto tempo armazenamos seus dados?	13
11. Cookies	14
12. Direitos dos Titulares de Dados	15
13. Medidas de Segurança para Proteção de Dados	16
14. Condições e Termos de Uso do Site	18
15. Lei Aplicável e Foro	19
16. Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)	20
17. Atualizações na Política de Privacidade	20
18. Controle de Versões	20

advogados associados

Política de Privacidade

Versão: 3.0

Data: 18/02/2026

1. Declaração de Privacidade

A **AIZ Advogados** tem o compromisso de respeitar a confidencialidade das informações pessoais e a privacidade dos seus clientes, parceiros e visitantes. Partindo da premissa de atuar sempre de forma íntegra e transparente, esta declaração de privacidade descreve como coletamos, usamos, armazenamos e divulgamos suas informações pessoais de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

2. Introdução

Esta Política de Privacidade descreve o modo pelo qual a **AIZ Advogados** trata os seus dados pessoais e foi desenvolvida com os objetivos de:

- Possibilitar que você entenda as razões legais que levam a AIZA a tratar seus dados pessoais.
- Explicar a forma pela qual seus dados serão tratados de acordo com a finalidade pretendida.
- Informar, de forma clara e facilitada, os seus direitos com relação ao tratamento de dados pessoais.

Realizamos o monitoramento contínuo deste documento, e temos como prática sua revisão, no mínimo, a cada 12 (doze) meses.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO) através do e-mail dpoasaservice@gepcompliance.com.br.

3. Identificação da Controladora de Dados

A **AIZ Advogados** atua como Controladora de Dados na maior parte de suas operações, sendo responsável por definir como, por que e de que forma seus dados pessoais são tratados.

Para fins desta política, a entidade controladora é identificada abaixo:

Informação	Detalhes
Razão Social	ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (AIZ ADVOGADOS)
CNPJ	08.966.680/0001-04
Sede Administrativa	Rua Ubaldino do Amaral, n.º 927, Alto da Rua XV, Curitiba/PR - CEP 80045-150
Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)	GEP SOLUÇÕES EM COMPLIANCE
Responsável Técnico	Maurício José Ribeiro Rotta
Canal de Contato	dpoasaservice@gepcompliance.com.br

4. Termos e Definições

Adotamos as seguintes terminologias, conforme a LGPD[1]:

Agentes de tratamento: o Controlador e o Operador.

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Autoridade Nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

[1] Cf. **Glossário de Termos Técnicos da LGPD**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd/glossario-de-termos-tecnicos-da-lgpd. Acesso em: 03 fev. 2026.

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o(a) titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. Esse é um fundamento essencial à LGP, sendo que o não consentimento é a exceção, pois só é possível processar dados, sem autorização do(a) cidadão(ã) quando essa ação for indispensável para o cumprimento de situações legais, previstas na LGPD e/ou em legislações anteriores, como a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

Dado pessoal de criança e de adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Em especial, a LGPD determina que as informações sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao(à) responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Dado pseudonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, senão pelo uso de informação adicional.

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

Encarregado: pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Garantia da segurança da informação: capacidade de sistemas e organizações assegurarem a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação. A Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) dispõe sobre a governança da segurança da informação aos órgãos e às entidades da administração pública federal em seu âmbito de atuação.

Interoperabilidade: é a capacidade de um sistema, informatizado ou não, de se comunicar de forma transparente com outro sistema, semelhante ou não a ele. A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de

portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

Pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD): documentação do Controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais; como as que se referem a:

- acesso - possibilidade de comunicar-se com um dispositivo, meio de armazenamento, unidade de rede, memória, registro, arquivo etc., visando receber, fornecer, ou eliminar dados;
- armazenamento - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- arquivamento - ato ou efeito de manter registrado um dado embora já tenha perdido a validade ou esgotada a sua vigência;
- avaliação - ato ou efeito de calcular valor sobre um ou mais dados;
- classificação - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- coleta - recolhimento de dados com finalidade específica;
- comunicação - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- controle - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- difusão - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;

- distribuição - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- eliminação - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- extração - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- modificação - ato ou efeito de alteração do dado;
- processamento - ato ou efeito de processar dados;
- produção - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- recepção - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- reprodução - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- transferência - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- transmissão - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
- utilização - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Violação de dados pessoais: é uma violação de segurança que provoca, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Usuário do site: titular de Dados Pessoais que visita e utiliza o *website* da Carbigdata através do domínio https://aiz.adv.br/.

5. Princípios de Tratamento de Dados

Adotamos os seguintes princípios, conforme a LGPD[2]:

Finalidade: a realização do tratamento deve ocorrer para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao(à) titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

Adequação: a compatibilidade do tratamento deve ocorrer conforme as finalidades informadas ao(à) titular, de acordo com o contexto do tratamento;

[2] Cf. **Princípios da LGPD**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd/principios-da-lgpd. Acesso em: 03 fev. 2026.

Necessidade: o tratamento deve se limitar à realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

Livre acesso: é a garantia dada aos(às) titulares de consulta livre, de forma facilitada e gratuita, à forma e à duração do tratamento, bem como à integralidade de seus dados pessoais;

Qualidade dos dados: é a garantia dada aos(às) titulares de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Transparência: é a garantia dada aos(às) titulares de que terão informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Segurança: trata-se da utilização de medidas técnicas e administrativas qualificadas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

Prevenção: compreende a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos por causa do tratamento de dados pessoais;

Não discriminação: sustenta que o tratamento dos dados não pode ser realizado para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo Controlador ou pelo Operador, de todas as medidas eficazes e capazes de comprovar o cumprimento da lei e a eficácia das medidas aplicadas.

6. Quais dados coletamos?

Para facilitar a compreensão dos nossos processos, apresentamos abaixo um resumo consolidado das atividades de tratamento.

Ressaltamos que:

- As informações são exemplificativas e podem variar conforme o contexto da interação.
- O ciclo de vida completo dos dados está detalhado em nosso Registro de Operações de Tratamento de Dados (RoPA), conforme o Art. 37 da LGPD.
- A utilização total ou parcial das informações aqui descritas poderá variar de acordo com a finalidade pretendida.

A **AIZ Advogados**, na condição de Controladora de Dados, coleta e utiliza determinadas informações pessoais de seus usuários por meio dos canais de contato disponíveis, limitada ao mínimo indispensável para a execução das nossas atividades, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018.

De modo geral, os dados pessoais tratados são:

a) Nome completo;

b) E-mail; e

c) Telefone.

A coleta desses dados ocorre principalmente quando o titular entra em contato para solicitar informações a respeito dos serviços oferecidos e para solicitar atendimentos direcionados, por meio da nossa central de atendimento.

As fontes, as categorias, a finalidade e a base legal dos dados coletados em nossos websites são estas:

Atividade / Fonte	Dados Pessoais	Finalidade	Base Legal
Formulário de Contato (Site)	Nome completo, e-mail e telefone.	Retornar o contato solicitado pelo titular e fornecer informações sobre serviços.	Consentimento (Art. 7º, I, LGPD).
Atendimento via WhatsApp	Nome e número de telefone.	Canal direto para dúvidas e suporte preliminar ao cliente.	Consentimento (Art. 7º, I, LGPD).
Execução de Contratos Jurídicos	Nome, CPF, RG, endereço, estado civil, profissão e dados bancários.	Representação em processos judiciais, administrativos ou consultoria jurídica.	Execução de Contrato (Art. 7º, V, LGPD).
Newsletter e Alertas Jurídicos	Nome e e-mail.	Envio de informativos, artigos jurídicos e atualizações legislativas (Legal Intelligence).	Legítimo Interesse (Art. 7º, IX, LGPD).
Trabalhe Conosco / Recrutamento	Dados de currículo (formação, histórico profissional),	Avaliação de perfil para vagas de advogados,	Procedimentos preliminares

	LinkedIn e contatos.	estagiários ou administrativo.	relacionados a contrato (Art. 7º, V, LGPD).
Gestão de Processos Judiciais (E-proc, PJe, etc.)	Dados constantes nos autos (podendo incluir dados sensíveis a depender da matéria).	Atuação em juízo, defesa de interesses do cliente e cumprimento de prazos.	Exercício regular de direitos em processo judicial (Art. 7º, VI, LGPD).
Eventos e Webinars	Nome, e-mail, empresa e cargo.	Organização de eventos, controle de acesso e emissão de certificados.	Consentimento ou Execução de Contrato (Art. 7º, I ou V, LGPD).
Cookies e Navegação	Endereço IP, data e hora de acesso, localização e comportamento no site.	Melhorar a experiência do usuário e segurança do portal.	Legítimo Interesse ou Consentimento (Art. 7º, IX ou I, LGPD).
Faturamento e Cobrança	Nome/Razão Social, CPF/CNPJ e dados de pagamento.	Emissão de Notas Fiscais, boletos e gestão financeira dos honorários.	Cumprimento de obrigação legal ou Execução de Contrato (Art. 7º, II ou V, LGPD).

7. Por que coletamos os seus dados?

Nosso objetivo é explicar a finalidade do tratamento dos seus dados pessoais e a base legal que nos autoriza a coletá-los. Alertamos que abaixo estão descritas as finalidades e as bases legais dos principais processos de negócio da **AIZ Advogados**.

O ciclo de vida de dados pessoais da organização encontra-se mapeado internamente em nosso Registro de Operações de Tratamento (RoPA), nos termos do Art. 37 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Finalidade	Descritivo	Base Legal	Categoria de Dados
Requisição de Direitos	Possibilitar que os titulares exerçam os direitos estabelecidos no Art. 18 da LGPD através de formulário específico.	Cumprimento de obrigação legal (Art. 7º, II, LGPD)	Dados de identificação e contato.
Prestação de Serviços Jurídicos	Representação em juízo, elaboração de pareceres, contratos e consultoria jurídica estratégica.	Execução de contrato ou procedimentos preliminares (Art. 7º, V, LGPD)	Dados de identificação, profissionais e dados do processo.
Contas a Pagar	Realizar o pagamento de fornecedores, peritos assistentes, custas processuais e colaboradores.	Execução de contrato (Art. 7º, V, LGPD)	Dados de identificação e bancários.
Contas a Receber	Gestão de faturamento e recebimento de honorários contratuais e sucumbenciais.	Execução de contrato (Art. 7º, V, LGPD)	Dados de identificação e financeiros.
Cobrança e Recuperação	Gestão de inadimplência e negociação de débitos junto a clientes ou partes contrárias.	Exercício regular de direitos (Art. 7º, VI, LGPD)	Dados de identificação e histórico financeiro.
Contabilidade e Fiscal	Emissão de notas fiscais, escrituração contábil e prestação de contas aos órgãos fazendários.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Art. 7º, II, LGPD)	Dados de identificação e fiscais.
Defesa de Interesses Judiciais	Atuação em processos judiciais e administrativos em defesa dos interesses dos clientes.	Exercício regular de direitos em processo judicial (Art. 7º, VI, LGPD)	Dados de identificação e dados sensíveis (se estritamente necessários).
Segurança e Auditoria	Monitoramento de acessos aos sistemas internos e registro de logs para prevenção a fraudes.	Legítimo interesse (Art. 7º, IX, LGPD)	Dados de conexão (IP, logs e horários).

8. Com quem compartilhamos os seus dados?

A **AIZ Advogados** poderá compartilhar seus dados com organizações parceiras, autoridades e órgãos reguladores para diferentes finalidades, sempre respeitando o princípio da necessidade.

De forma a garantir a máxima transparência, detalhamos abaixo as categorias de destinatários e as respectivas justificativas:

Finalidade	Categoria do Parceiro	Justificativa do Compartilhamento
Gestão Financeira	Instituições Bancárias	Processamento de pagamentos, transferências (TED/PIX) e liquidação de boletos.
Operação de Pagamentos	ERP / Sistema de Gestão Financeira	Registro de dados cadastrais e bancários para controle de fluxo de caixa e emissão de guias.
Cobrança e Recuperação	Assessorias de Cobrança e Cartórios	Notificação extrajudicial para constituição em mora, protesto de títulos e registros de inadimplência.
Gestão Contábil e Fiscal	Auditoria e Consultoria Contábil	Cumprimento de obrigações acessórias, escrituração fiscal e gestão tributária do Grupo AIZ.
Gestão de Documentos	Softwares de Gestão Jurídica (SaaS)	Armazenamento centralizado de processos, prazos e documentos em nuvem.
Formalização Jurídica	Plataformas de Assinatura Digital	Viabilização de assinaturas eletrônicas com validade jurídica em contratos e procurações.
Infraestrutura de TI	Provedores de Cloud Computing (Nuvem)	Armazenamento de backups e hospedagem de sistemas internos (Transferência Internacional).
Atuação Judicial	Órgãos do Poder Judiciário e Peritos	Cumprimento de ritos processuais e viabilização de perícias técnicas judiciais ou assistenciais.

9. Transferência Internacional de Dados

Além dos parceiros e organizações acima descritos, a AIZ Advogados poderá realizar a transferência internacional de seus dados pessoais em cenários específicos:

- Serviços de Computação em Nuvem: Utilização de servidores de alta segurança localizados fora do território nacional (como AWS, Azure ou Google Cloud) para fins de backup e disponibilidade de sistemas.
- Softwares de Colaboração: Uso de ferramentas globais de produtividade e comunicação corporativa.

Para tanto, asseguramos que essas transferências ocorram apenas para países que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD, ou mediante a celebração de contratos que contenham cláusulas padrão para garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade de segurança das informações.

10. Por quanto tempo armazenamos seus dados?

Os dados pessoais tratados pela **AIZ Advogados** permanecem retidos por prazos que variam conforme a finalidade do tratamento e as obrigações legais pertinentes.

Abaixo, elencamos os prazos de retenção dos principais processos de negócio:

Finalidade	Prazo de Retenção	Justificativa Legal
Requisição de Direitos (LGPD)	10 anos após o atendimento da solicitação.	Prazo prescricional geral para ações pessoais (Art. 205 do Código Civil).
Contratos de Prestação de Serviços	5 anos após o término da vigência ou rescisão contratual.	Prazo para cobrança de dívidas e responsabilidade civil (Art. 206, § 5º, I do Código Civil).
Documentos Financeiros e Fiscais	5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte ao do lançamento.	Prazos de decadência e prescrição tributária (Arts. 173 e 174 do CTN).
Processos Judiciais e Administrativos	5 a 10 anos após o trânsito em julgado (decisão final definitiva).	Prevenção à responsabilidade civil e guarda de documentos comprobatórios (Art. 206 do CC).
Pagamentos a Fornecedores	5 anos após a liquidação da obrigação.	Comprovação de quitação e prazos prescricionais de cobrança (Art. 206, § 5º, I do CC).

Recrutamento e Seleção (Currículos)	Até 2 anos após o recebimento ou término do processo seletivo.	Legítimo interesse para futuras oportunidades, salvo revogação pelo candidato.
Logs de Acesso e Segurança (Site)	Mínimo de 6 meses.	Cumprimento do Art. 15 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

Por respeitarmos o seu direito à privacidade, adotamos as seguintes práticas:

a) **Revisão Periódica:** Revisamos nossa base de dados a cada **12 (doze) meses** para identificar dados que não mais atendem à finalidade inicialmente pretendida ou cujos prazos legais de guarda expiraram.

b) **Eliminação Segura:** Após o decurso dos prazos mencionados, os dados são eliminados de forma segura, exceto quando a manutenção for autorizada pela LGPD (Art. 16) para:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Estudo por órgão de pesquisa (garantida a anonimização);
- Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento;
- Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

11. Cookies

Um cookie é um pequeno arquivo de texto utilizado pelo nosso site, quando visitado por um usuário, com o objetivo de permitir um funcionamento adequado da plataforma, obter informações mais precisas e otimizar nossas campanhas de marketing e publicidade.

Para a classificação de cookies, empregamos o sistema de classificação proposto e desenvolvido pela Câmara de Comércio Internacional do Reino Unido (ICC - *International Chamber of Commerce*).

Para configurar as permissões de cookies do nosso site, acesse as "Definições de cookies". Para desativar os cookies em seu navegador, siga as instruções normalmente localizadas nos menus "Ajuda", "Ferramentas" ou "Editar" no seu navegador.

Observe que a desativação de uma das categorias de cookies não exclui, automaticamente, os cookies armazenados previamente em seu navegador, devendo ser realizada de forma manual pelo usuário.

Você encontrará mais explicações sobre como proceder clicando nos links abaixo:



Chrome



Firefox



Internet Explorer



Microsoft Edge



Safari

Lembre-se de que se você bloquear os cookies estritamente necessários, não poderemos garantir a correta execução de todas as funcionalidades e talvez você não consiga acessar determinadas áreas e/ou páginas.

12. Direitos dos Titulares de Dados

Nós estamos comprometidos com o cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais, os quais estão previstos no art. 18 da LGPD, a saber:

Direito do Titular	Explicação
Confirmação e Acesso	Você pode solicitar à **AIZA** a **confirmação** sobre a existência de tratamento dos seus dados pessoais para, em caso positivo, **acessá-los**, inclusive por meio de solicitação de cópias dos registros que a **AIZA** possui sobre você.
Correção	Você pode solicitar a **correção** dos seus dados pessoais caso estejam **incompletos, inexatos ou desatualizados**.
Anonimização, Bloqueio ou Eliminação	Você pode solicitar: (a) a **anonimização** dos seus dados pessoais, para que não possam mais ser relacionados a você; (b) o **bloqueio** dos seus dados pessoais, suspendendo temporariamente a possibilidade de tratamento para certas finalidades; e (c) a **eliminação** dos seus dados pessoais, caso em que serão apagados todos os seus dados pessoais sem possibilidade de reversão.
Portabilidade	Você pode solicitar que a **AIZA** forneça os seus dados pessoais em **formato estruturado e interoperável**, visando a sua

	transferência para um terceiro, desde que essa transferência não viole a propriedade intelectual ou segredo de negócios da Organização.
Informação sobre o Compartilhamento	Você tem o direito de saber quais são as **entidades públicas e privadas com as quais a AIZA realiza uso compartilhado** dos seus dados pessoais. Você pode solicitar essas informações detalhadas, podendo a **AIZA** limitar as informações se a divulgação puder violar propriedade intelectual ou segredo de negócios.
Revogação do Consentimento	Caso você tenha consentido com alguma finalidade de tratamento dos seus dados pessoais, você pode sempre optar por **retirar o seu consentimento**. Isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado anteriormente à revogação.
Informação sobre a Possibilidade de Não Consentir	Você tem o direito de receber **informações claras e completas sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento**, quando ele for solicitado. Se você negar o consentimento, é possível que alguns serviços não possam ser prestados.
Oposição	A lei autoriza o tratamento de dados pessoais mesmo sem seu consentimento. Caso você **não concorde com alguma finalidade de tratamento** dos seus dados pessoais, você poderá apresentar **oposição**, solicitando a sua interrupção, desde que não haja motivos legítimos ou legais para a continuidade do tratamento.

Para exercer seus direitos basta, a qualquer momento e de forma gratuita, realizar o preenchimento do **Formulário** ou encaminhar um e-mail para **dpoasaservice@gepcompliance.com.br**.

13. Medidas de Segurança para Proteção de Dados

A **AIZ Advogados** adota as melhores práticas e recomendações de segurança da informação do mercado. Para proteger seus dados pessoais, implementamos medidas técnicas e administrativas.

Neste sentido, comprometemo-nos a seguir, no mínimo, estas diretrizes:

Gestão e Conformidade

✔ Tratar a Segurança da Informação como área estratégica, alinhada ao modelo de negócio.

✔ Assegurar o cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais relacionadas à segurança e privacidade de dados.

✔ Garantir a segurança e privacidade no tratamento dos dados pessoais de todas as partes interessadas.

Operação e Prevenção

✔ Garantir a implementação de Controles baseados nas Normas NBR/ISO 27001:2013, 27002:2013 e 27701:2019.

✔ Assegurar que somente pessoas autorizadas tenham acesso às instalações, informações e sistemas de informação.

✔ Garantir a prevenção de incidentes de Segurança da Informação e a continuidade do negócio.

✔ Registrar, analisar, investigar e tratar os incidentes de segurança e privacidade, criando mecanismos de prevenção.

✔ Realizar análises e testes contínuos de segurança nos sistemas, feitos por times internos e externos.

Cultura e Recursos Humanos

✔ Assegurar o treinamento contínuo e atualizado nas políticas e procedimentos de segurança da informação e privacidade.

✔ Conscientizar colaboradores e parceiros sobre as políticas de segurança e as consequências de sua violação.

✔ Tomar medidas disciplinares apropriadas para fazer cumprir as responsabilidades de privacidade e segurança por parte dos colaboradores.

✔ Realizar a supervisão da adoção das práticas e do treinamento em proteção de dados pessoais.

Nós nos esforçamos para proteger a privacidade de seus dados pessoais, mas infelizmente não podemos garantir total segurança. Entradas e usos não autorizados de terceiros com informações suas, falhas de hardware ou software que não estejam sob controle da **AIZA** e outros fatores externos podem

comprometer a segurança dos seus dados pessoais. Por isso, sua atuação é fundamental para a manutenção de um ambiente seguro para todos.

Caso você identifique ou tome conhecimento de qualquer fator que comprometa a segurança dos seus dados na sua relação com a **AIZA**, por favor entre em contato conosco por meio das informações de contato indicadas.

14. Condições e Termos de Uso do Site

A utilização do nosso site e dos conteúdos nele expostos sujeita você, usuário, à observância e às condições aqui apresentadas. Ao acessá-los, você aceita e concorda integralmente com as disposições estabelecidas.

Em caso de discordância com qualquer condição ou disposição prevista neste termo de uso, a **AIZ Advogados** solicita que você não os acesse ou os utilize.

São obrigações do usuário, enquanto utilizador de nosso site:

a) Observar e respeitar as legislações que tratam sobre direito autoral e propriedade intelectual, podendo acessar e realizar o download do conteúdo disponibilizado no site, desde que para fins exclusivamente pessoais e não comerciais.

b) Se responsabilizar por quaisquer informações prestadas, bem como por qualquer comentário ou conteúdo inserido no site.

c) O compromisso de não utilizar o site para a publicação, criação, armazenamento ou divulgação de qualquer espécie de conteúdo abusivo ou indevido, incluindo, mas não se limitando à:

- Conteúdos discriminatórios;
- Expressões de ódio ou ameaças contra pessoas ou grupos, em especial as raciais;
- Conteúdos pornográficos;
- Conteúdos que de algum modo violem os direitos humanos de qualquer pessoa.

d) Reconhecer que, em qualquer contribuição submetida para o site, o material correspondente é de exclusiva criação do Usuário, não constituindo violação de direitos autorais, marcas, segredos, direitos de

personalidade, incluindo honra, intimidade, vida privada e a imagem das pessoas, direitos patrimoniais e quaisquer outros direitos de terceiros.

e) Denunciar quaisquer abusos ou violações destes Termos e desta Política, bem como de qualquer violação de direitos de terceiros ou próprios.

f) Observar e cumprir fielmente as condições e termos estabelecidos, sob pena de adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Já em relação à **AIZ Advogados**:

a) Nossos sites podem conter links para websites de terceiros. Você, enquanto usuário, está ciente de que a existência desses links não constitui endosso, patrocínio ou concordância com os conteúdos presentes nesses websites e reconhece estar sujeito aos termos de uso e políticas de privacidade do respectivo website acessado, não havendo qualquer responsabilidade por parte da **AIZA**.

b) Há isenção de responsabilidade da **AIZA** sobre as informações fornecidas pelos usuários e sua veracidade quando do uso do site, bem como de qualquer violação de direitos de terceiros decorrentes das ações do usuário.

c) Nós zelamos pelos direitos autorais e de propriedade intelectual, observando e obedecendo as previsões legais sobre o tema.

d) Ainda, a **AIZA** se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, a apresentação, configuração e disponibilização do site, dos conteúdos nele expostos, e destas condições e termos apresentados.

e) A **AIZA** realiza o monitoramento contínuo da Política de Privacidade e demais normas internas, buscando revisá-la, no mínimo, a cada seis meses.

15. Lei Aplicável e Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para a resolução de conflitos oriundos da violação das condições e termos de uso dos websites e dos aplicativos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)

A **AIZ Advogados**, em observância ao art. 41 da LGPD, nomeou como Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO):

Encarregado de Dados (DPO): GEP Soluções em Compliance

Responsável Técnico: Maurício José Ribeiro Rotta

E-mail: dpoasaservice@gepcompliance.com.br

Formulário para contato: clique aqui

17. Atualizações na Política de Privacidade

Estamos em constante aprimoramento dos nossos serviços e da forma de operar, por isso, esta Política de Privacidade poderá ser atualizada para refletir as melhorias implementadas. Recomendamos que você acesse esta página periodicamente para se manter informado sobre as modificações realizadas.

18. Controle de Versões

Versão	Data da Publicação	Responsável	Descrição
1.0	28/06/2023	GEP Soluções em Compliance	Elaboração
2.0	21/05/2024	GEP Soluções em Compliance	Atualização
3.0	18/02/2026	GEP Soluções em Compliance	Atualização